



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano

AUTÓGRAFO Nº 3887/2025
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 23/2025
AUTORIA: VEREADORA JAILMA CARVALHO

**DISPÕE SOBRE A OFERTA DE LEITOS SEPARADOS
PARA MÃES DE NATIMORTOS OU COM ÓBITO
FETAL NA REDE PÚBLICA E PRIVADA DE SAÚDE
DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO
SABER QUE O PODER LEGISLATIVO DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade da oferta de leitos exclusivos para parturientes natimorto ou óbito fetal nas maternidades, hospitais e unidades de saúde da rede pública e privada do município de João Pessoa.

Parágrafo único. As unidades de saúde citadas no caput deverão garantir às parturientes de natimorto e as diagnosticadas com óbito fetal o direito de contar com 1 (um) acompanhante de escolha da parturiente, durante o período de internação.

Art. 2º Os leitos destinados às mães que sofreram natimorto ou óbito fetal deverão ser organizados de forma a garantir privacidade, conforto e suporte emocional adequado, visando à humanização do atendimento e à minimização do impacto psicológico da perda gestacional.

I Os leitos deverão ser separados daqueles destinados a puérperas com recém-nascidos vivos, garantindo privacidade e acolhimento humanizado.

II As unidades de saúde deverão assegurar atendimento psicológico especializado às mães afetadas, de forma contínua e gratuita.

III A equipe multiprofissional responsável pelo atendimento deverá ser capacitada para oferecer suporte adequado às mães e familiares.

Art. 3º As unidades de saúde privadas que prestam serviços contratualizados pelo SUS deverão cumprir as normas estabelecidas nesta lei.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento desta lei será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º A redação da presente lei deverá ser exposta em cartaz, escrita de forma informativa e de fácil visualização nos setores da maternidade das unidades de saúde a que se refere o caput do artigo 1º.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano

Art. 6º Ato do Poder Executivo regulamentará esta lei, estabelecendo diretrizes para adequação da infraestrutura hospitalar no prazo de até 90 dias após sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 16 DE OUTUBRO DE 2025.



VALDIR JOSÉ DOWSLEY

Presidente